

## Aposentadoria especial dos vigilantes perto de aprovação no STJ



### STJ FASE FINAL: APOSENTADORIA ESPECIAL AO VIGILANTE

O resultado do julgamento da aposentadoria especial para vigilantes no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi adiado novamente nesta quarta-feira (23/09) após a Ministra Assusete Magalhães pedir vista do processo interrompendo a votação.

A paralisação ocorreu quando o resultado já estava com quatro votos favoráveis à categoria. O voto do relator, acompanhado pelos ministros presentes no julgamento, reconheceu o direito à aposentadoria especial da categoria, inclusive de segurados que não portam arma de fogo no exercício da sua função.

A ministra Assusete Magalhães afirmou que quer analisar qual será o meio de comprovar o risco da atividade: laudo ou formulário

padronizado pelo INSS, como o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). De acordo com regimento interno, a ministra tem 60 dias para devolver o processo.

O advogado Fernando Gonçalves Dias, que fez a defesa da categoria no julgamento, não vê a possibilidade de mudança do resultado, favorável aos vigilantes, guardas e demais trabalhadores da área de segurança da iniciativa pública e privada.

Segundo Gonçalves Dias, o STJ tem por tradição manter a coerência da jurisprudência das suas Turmas que já vinham reconhecendo o direito, em nome da segurança jurídica.

Assim que a decisão do STJ for publicada, todos os processos relacionados ao tema

voltam a andar nos tribunais do país.

### **Briga antiga**

Desde 1997, o INSS não reconhece a aposentadoria especial dos vigilantes por não considerar a atividade como nociva. Os profissionais têm recorrido à Justiça para ter reconhecido o direito à aposentadoria especial, mesmo que não portem arma de fogo.

Em 2017, o STJ entendeu que o uso da arma de fogo não deve ser critério para reconhecer a atividade do vigilante como especial. O novo entendimento provocou decisões conflitantes em todo país, por isso, em outubro de 2019, todos os processos em andamento sobre o tema foram suspensos até que o STJ julgue se será preciso comprovar o uso de arma de fogo no trabalho ou se a periculosidade independe disso.

## **SERGIPE**

“Essa decisão do STJ reconhece a situação vulnerável desses profissionais na situação de violência no país”, afirma o advogado Rômulo Saraiva.

### **A aposentadoria**

Segundo Saraiva, com a nova decisão do STJ, quem ainda não se aposentou e trabalhou como vigilante antes de 13 de novembro de 2019, armado ou não, poderá fazer a conversão do tempo especial em tempo comum. O período trabalhado nestas condições antes do início da reforma da Previdência deve ser multiplicado por 1,4 se homem, e, 1,2 se mulher.

Após esta data, quem não reuniu tempo para se aposentar vai entrar em uma das regras de transição, que soma a idade com o tempo de atividade especial e tempo de contribuição.

FONTE: UOL

# **Nota de agradecimento**

Aracaju, 25 de setembro de 2020

O Sindivigilantes Sergipe vem por meio desta, parabenizar o senhor delegado de polícia da cidade de Laranjeiras/SE, Drº Murilo Gouveia e toda a sua equipe de investigadores, por terem elucidado o crime brutal contra a vida do companheiro vigilante Hildebrando, dando assim uma resposta rápida a sociedade e a família da vítima.

Este crime chocou toda a sociedade sergipana, não só pela forma como foi praticado, mas pelo fato dos acusados(executores) serem pessoas próximas da vítima. Segundo informações repassadas pela polícia civil sergipana, os autores seriam o proprietário da empresa de vigilância na qual a vítima trabalhava, e seus funcionários. Queremos agradecer também ao jornalista Sandoval notícias, por ter acompanhado de perto e também se reunido com o delegado Dr. Murilo Gouveia da Cidade de Laranjeiras/SE e outro Delegado da DHPP no intuito de fazer cobranças para que o crime ao nosso colega não fosse ficar em pune, já que Sandoval é também da categoria de vigilante.

FONTE: ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

# Câmara derruba veto do prefeito pelo PL do Sargento Berg que cria Vigilância Armada 24 horas nas instituições financeiras de Teixeira



Na sessão ordinária da manhã desta quarta-feira (23/09) da Câmara Municipal de Teixeira de Freitas, utilizando tecnologia online pelo SDR – Sistema de Deliberação Remota, os vereadores por um placar de 12x04 derrubou o veto do prefeito Temóteo Alves de Brito (PP) que havia vetado o Projeto de Lei do Legislativo nº 10, de 06 de março de 2020, de autoria do vereador Wildemberg Soares Guerra, o “Sargento Berg” (PSDB), aprovado pelo plenário da Câmara em 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a exigência de contratação de vigilância armada nas agências bancárias, correspondentes bancários e cooperativas de créditos, inclusive a manter a presença desta vigilância armada nas áreas de autoatendimento, no período noturno e finais de semana.

## PUBLICIDADE

Após ter sido aprovado pelo plenário da Câmara Municipal o PL do vereador Sargento Berg foi encaminhado para sanção do prefeito municipal para se tornar Lei Municipal, mas o chefe do Executivo Municipal vetou o Projeto de Lei. Agora a Câmara Municipal ao analisar o veto do prefeito derrubou pela maioria dos presentes a suspensão executiva e manteve o PL aprovado. O próximo passo é a promulgação do PL pela mesa diretora do Poder Legislativo para

que a matéria se transforme em Lei Municipal.

O Projeto de Lei do vereador Sargento Berg, insere efetivamente, na definição de interesse local, além de veicular matéria de relevância para o município, não atrelada às competências privativas da União, obriga as agências bancárias, cooperativas de crédito e casas lotéricas e contratarem vigilância armada em período integral, inclusive nos fins de semana e feriados, para garantir a segurança dos usuários e dos próprios estabelecimentos.

De acordo com o vereador Sargento Berg, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, desse modo, considerando a sistemática do direito do consumidor, o usuário dos serviços é considerado pessoa vulnerável nas esferas econômica, jurídica e técnica em relação aos prestadores, os quais detêm superioridade de poderes e conhecimentos em comparação ao consumidor, nos exatos termos do artigo 4º, I, do CDC. E reconhecida a vulnerabilidade, são aplicáveis todos os direitos decorrentes do sistema jurídico de proteção do consumidor, entre os quais se incluem os previstos no artigo 6º, I, e no artigo 8º do CDC, relativos à segurança na prestação do serviço.

O Sargento Berg lembra que, embora o artigo 24, V, da Constituição Federal estabeleça ser competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre produção e consumo, é certo que o artigo 30, II, prevê a competência dos Municípios para complementar a legislação federal e a estadual no que couber, o que permite compreender que estes estão legitimados a criar normas sobre a segurança e a proteção dos consumidores na prestação de serviços locais.

Fonte: Teixeira Hoje

# **JUSTIÇA DETERMINA QUE MD VOLTE A FAZER REPASSES AO SINDICATO E PROÍBE CONDUTAS ANTISSINDICAIS**



Na decisão de uma ação coletiva do Sindivigilantes do Sul, a Justiça do Trabalho determinou que a MD Serviços de Segurança volte a repassar as mensalidades de sócios e os valores dos convênios ao sindicato, até o dia 10 de cada mês. O corte dos repasses foi uma represália da empresa porque o sindicato não aceitou a proposta patronal de convenção coletiva de trabalho sem reajuste dos salários, nem mesmo a reposição da inflação na data-base (4,30%).

O juiz substituto da 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, Rafael Fidelis De Barros, acolheu o pedido de tutela de urgência da assessoria jurídica do sindicato, para que a decisão seja cumprida imediatamente. A mensalidade sindical, diz ele, “é uma modalidade de receita voluntária e independe de convenção coletiva”, bastando a filiação do trabalhador à entidade.

“Os descontos em folha de pagamento, das mensalidades sindicais e convênios, daqueles empregados filiados e que tenham autorizado

a dedução, devem ser comprovadas nos autos no prazo de 20 dias, sob pena de multa no valor de R\$ 200,00 por empregado cuja obrigação de fazer deixar de ser cumprida”, acrescentou.

Ele também determinou que a empresa pare de praticar condutas antissindicais, “deixando de enviar comunicado/memorando ou envelope aos seus empregados referente à formalização de acordo coletivo de trabalho, medida que atenta contra a liberdade de atuação do sindicato e de seus diretores”.

Segundo o juiz: “Compete ao sindicato profissional, que representa os trabalhadores, fazer eventual pesquisa sobre o interesse de seus representados, posto que a empresa ré defende interesses diversos.”

Logo devem sair outras decisões nas ações que foram ajuizadas contra a Rudder, Seltec e Epavi, que também cortaram os repasses como retaliação ao sindicato, além do Sindesp, a entidade que representa as empresas.

**FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL**

# Bancários protestam contra demissões no Santander

**Banco descumpriu compromisso de não demitir durante pandemia**



Sindicatos dos Bancários de todo o país preparam um Dia Nacional de Luta contra as demissões realizadas pelo banco Santander. A decisão foi tomada em reunião da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do banco, realizada na tarde de segunda-feira (21).

“O Santander serve de mau exemplo para outros bancos. Não bastassem as demissões pelo não cumprimento de metas, em plena pandemia, agora o banco passou a demitir gestantes e departamentos inteiros estão sendo substituídos por terceirizados”, explicou o secretário de Assuntos Socioeconômicos e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-

CUT) nas negociações com o banco, Mario Raia. “Outros bancos já começaram a seguir esse mau exemplo. Todos os trabalhadores da categoria são afetados pela ‘fúria espanhola’. Temos que unir todos os bancários e bancárias para barrar estas medidas e evitar que elas se generalizem”, completou.

## **Atividades de protestos**

A COE do Santander orientou que cada sindicato avalie a possibilidade de, em suas bases, realizar atividades de protesto contra as demissões realizadas pelo banco.

**FONTE: CONTRAF**

# Paim defende projeto que cria 14º salário emergencial para aposentados



Em pronunciamento nesta quarta-feira (23), o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a pedir urgência na aprovação do PL 3.657/2020, projeto de lei de iniciativa popular que foi acatado por ele. Essa proposta permite a aposentados e pensionistas do INSS receber o 14º salário emergencial, em razão da pandemia de covid-19.

O senador disse que há cerca de 35 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, e que em torno de 80% dessas pessoas recebem um salário mínimo mensal.

Ao defender a aprovação do texto, Paim afirmou que “a pandemia está fazendo um enorme estrago na economia e na vida das pessoas menos favorecidas”. A concessão do 14º salário, reiterou ele, “é uma questão humanitária”.

— O 14º salário, além de socorrer os aposentados, os que estão no grupo de risco, também irá servir como injeção de recursos na economia. Dentre os municípios brasileiros, 64% dependem da renda dos beneficiários do INSS. O 14º salário vai representar algo em torno de R\$ 42 bilhões em dinheiro novo no comércio local, nos municípios, gerando emprego e renda, gerando imposto, melhorando a qualidade de vida, movimentando a economia local e fortalecendo a vida de todos. Teremos mais empregos para colaborar com a retomada do crescimento do país — argumentou.

Fonte: Agência Senado

# Rondônia: Gerente do BB desrespeita dirigente sindical

**Ato de desrespeito ocorreu durante vistoria de agência após denúncia de insalubridade e falta de condições para o trabalho no local**



O presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), Cleiton dos Santos, foi desrespeitado na terça-feira (22) pelo gerente da agência Presidente Dutra do Banco do Brasil, em Porto Velho (RO), quando averiguava denúncia de que uma reforma em execução no prédio tornava o ambiente impróprio para o trabalho dos bancários e a presença de clientes.

A agência estava suja de poeira, barulhenta por causa de marretadas e serras circulares; fios elétricos expostos e outros espalhados sob risco de causar quedas; extintores contra incêndios amontoados entre armários, cadeiras de trabalho, materiais de construção e mesas. “O ambiente estava fechado, sem ar-condicionado nem ventilação, a uma temperatura de quase 40 graus. Por si isso já caracterizaria insalubridade, mas, além disso, em tempos de Covid-19, é um desrespeito ao distanciamento necessário para evitar contaminação”, disse o presidente da Fetec-CUT/CN, que também é diretor do Sindicato dos Bancários de Rondônia.

“Você é uma pessoa problemática”, cortou o

diálogo o gestor, quando Cleiton e outros dois dirigentes do sindicato (Euryale Ramos e José Toscano) comentavam sobre a insalubridade do local e que seu uso é prejudicial para bancários e clientes.

“Após alguns anos na luta e na defesa dos interesses da classe trabalhadora, ouvir de um gerente de agência (que se acha o próprio dono do banco), que como sindicalista ainda causo problemas quando vou exigir que os bancários e bancárias tenham direito a trabalharem num ambiente salubre, sem risco de sofrer nenhum tipo de acidente ou de adquirir doenças, confesso que me deixou mais satisfeito, pois nem o tempo nem o cargo que ocupo me afastaram dos meus princípios e concepções”, escreveu Cleiton dos Santos em sua página no Facebook.

“Pelo visto (esse gerente) trabalha com a velha e arcaica forma de gerir pessoas e negócios na base do ‘disse me disse’, e que prioriza o resultado dos negócios em detrimento a integridade física dele, dos colegas de trabalho e também dos clientes. Espero que alguém com responsabilidade e compromisso com BB não compactue com tamanha insensibilidade”, concluiu o presidente da Fetec-CUT/CN.

Fonte: Fetec-CUT/CN

# Covid-19 reforça importância dos bancos públicos

**Privatização pode causar a quebra de empresas, aumento dos preços dos alimentos e afetar o financiamento habitacional e o desenvolvimento regional**



O ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Paulo Guedes, já demonstrou, diversas vezes, seu interesse em privatizar “tudo o que for possível”. A venda do Banco do Brasil foi, inclusive, tema da famosa reunião interministerial, que teve suas imagens divulgadas por ordem judicial. Mas, a pandemia causada pelo novo coronavírus colocou os bancos públicos em evidência e mostrou o papel estratégico que eles têm para ajudar a regular a economia e fomentar o desenvolvimento do país.

Segundo dados divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo, o Banco do Brasil, por exemplo, é responsável por 36% do total de empréstimos concedidos pelo programa de apoio às micros e pequenas empresas (Pronampe), que empregam 52% dos trabalhadores com carteira assinada no país. A segunda maior carteira do Pronampe é da Caixa Econômica Federal, com

26%. O banco privado melhor posicionado é o Itaú, com apenas 16% desta carteira até 31 de agosto.

“Nós, funcionários, ficamos abismados quando ouvimos o ministro da Economia, ou o Rubem Novaes (ex-presidente do BB), afirmar que não há motivo para manter o Banco do Brasil como banco público. Uma instituição que não dá prejuízo, ao contrário, ajuda o país a pagar suas contas, e ainda dá grande contribuição para a criação de empregos, para produção agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico de uma forma geral. O que não existe, é motivo para a privatização do banco”, disse indignado o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

“Mas, também nos chamou a atenção a demora que, mesmo com toda essa experiência na carteira de crédito para micros e pequenas empresas, o banco levou para liberar recursos para este segmento quando estourou a crise sanitária gerada pelo novo coronavírus”, observou o coordenador da CEBB. “A demora foi tamanha, que muitas pequenas e médias empresas acabaram falindo, jogando ainda mais pessoas no desemprego e tornando-as dependentes do auxílio emergencial de R\$ 600”, completou.

## Em busca do lucro

Para o economista Sérgio Mendonça, do portal de notícias de economia RecontaAÍ, em momentos de crise, a tendência dos bancos privados é se retrair. “Em vez de ajudarem a dar uma boia a quem está se afogando, eles empurram para o fundo”, disse. Os economistas Monica de Bolle, da universidade Johns Hopkins, e Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, também apontam os bancos públicos como instrumento decisivo em épocas de tormenta.

A economista Vivian Machado, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), explicou que os bancos privados se retraem em momentos de crise por medo de calote. “Os bancos privados, ao contrário dos públicos, têm que pagar dividendos aos seus acionistas. Buscam o lucro. Em momentos de crise eles se retraem para evitar riscos. Se as empresas quebram eles ficam com os prejuízos. Sem crédito, é aí que há a quebradeira. É neste momento que o Estado, por meio dos bancos públicos, mostra toda sua importância. É ele que fomenta a recuperação e o desenvolvimento econômico. Esse é um dos principais papéis dos bancos públicos”, explicou.

## Aumento no preço dos alimentos

Segundo projeções, o agronegócio deve ser o único segmento econômico a fechar 2020 com PIB positivo. O setor conta com grande apoio do Banco do Brasil no financiamento agropecuário. O banco possui aproximadamente 60% da carteira empresarial de crédito agrícola e 80% do montante destinado à agricultura familiar. “É um segmento pelo qual os bancos privados não têm interesse, mas que é o responsável por colocar os alimentos nos pratos dos brasileiros”, afirmou Fukunaga. “Se o BB for privatizado, será um grande golpe para o setor agropecuário, mas, mais ainda, para o povo brasileiro, que terá que pagar mais caro pelos alimentos que chegam às suas mesas”, concluiu.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

## Ataque aos bancos públicos

Além do BB, o governo Bolsonaro tem promovido ataques aos demais bancos públicos, como os que atingem a Caixa. Por meio da Medida Provisória 995, o governo permite a criação de subsidiárias, o que, na prática, possibilita a privatização da empresa, uma vez que o Supremo Tribunal Federal definiu que as empresas-mãe não podem ser privatizadas sem a autorização do Congresso Nacional, mas as subsidiárias sim.

“Com essa MP, o governo fatia a Caixa, fica autorizado a vender todas as subsidiárias, o que, conseqüentemente, enfraquecerá o banco, colocando em risco, inclusive, o seu papel social. É uma verdadeira dilapidação do patrimônio público e um prejuízo para a sociedade. Enquanto houver desigualdade, bancos como a Caixa são essenciais”, explicou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Proscholdt, que também é secretária de Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Com a privatização da Caixa, o financiamento habitacional, o incentivo ao esporte, à educação e à cultura, entre outros, correriam grande risco. “É a Caixa, também, que, juntamente com o BB, o Banco do Nordeste (do Brasil), o Basa (Banco da Amazônia) e dos demais bancos públicos, que incentivam o desenvolvimento do país de uma forma igualitária. Sem os bancos públicos não há política de infraestrutura, de saneamento, de saúde e de educação. Sem os bancos públicos não há política anticíclica para a retomada do desenvolvimento em períodos de crise econômica”, concluiu a dirigente da Contraf-CUT.

**FONTE: CONTRAF**

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF